

MOÇÃO

Em defesa dos transportes públicos, mudar de política, combater a privatização da Carris, do Metro, da Transtejo e da Soflusa!

Considerando que:

- Os últimos cinco anos se caracterizaram por uma profunda degradação da qualidade e fiabilidade da oferta de transportes públicos na área metropolitana de Lisboa. Que a política para os transportes assumiu como eixo estratégico a criação de condições para privatizar o sector, custasse o que custasse, o que implicou o maior aumento de sempre no preço dos transportes públicos, a maior redução da oferta de sempre e uma ofensiva brutal contra os trabalhadores e reformados das empresas públicas de transporte;
- Neste período se reduziram os salários, se despediram trabalhadores, se congelaram os investimentos e se cortou na manutenção e ao mesmo tempo, se pagaram as apostas especulativas com as designadas *swaps* (mais de mil milhões de euros de perdas) e se garantiu o pagamento crescente de juros (num total de mais mil milhões de euros nestas quatro empresas), ou seja, a prioridade foi claramente a criação de condições para privatizar e garantir as rendas dos bancos e demais especuladores;
- Se torna evidente a necessidade de mudar de política e inverter as respectivas prioridades, que no caso dos transportes públicos devem ser orientadas para promover a sua crescente utilização – com ganhos ambientais, económicos e sociais amplamente reconhecidos – através de uma política de preços atractiva, da crescente intermodalidade da bilhética, do reforço da fiabilidade e qualidade do serviço, e de uma oferta adequada às necessidades;
- É do interesse geral da sociedade o abandono da obsessão neoliberal de tudo entregar aos interesses do lucro característicos do sector privado, o que como está demonstrado pela realidade, se traduz sempre em custos acrescidos para o Estado, a par de prejuízos diversos para os trabalhadores e utentes;
- Para permitir essa urgente mudança de políticas é fundamental travar o processo em curso de reestruturação da Carris, do Metro, da Transtejo e da Soflusa, que assenta na privatização da exploração comercial dos transportes públicos e de diversas outras componentes da operação destas empresas.

O Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa na sua 2ª Sessão Ordinária de 2015 – 1ª Reunião – realizada no dia 14 de Abril de 2015, delibere:

1. Exigir do Governo o imediato cancelamento do processo de reestruturação em curso nestas empresas e das privatizações aí incluídas;

2. Exigir que o governo cancele de imediato os concursos para a subconcessão da Carris e do Metro de Lisboa bem como aqueles que prepara para a Transtejo e a Soflusa;
3. Contestar a separação dos Eléctricos, Ascensores e Elevadores do Serviço Público de Transportes, com a intenção de que se destinem estes meios de transporte, em exclusivo ao sector turístico, a sua integração na CarrisTur, o processo anunciado de privatização da CarrisTur, empresa rentável do sector;
4. Contestar a divisão do Metropolitano de Lisboa em três. Infraestrutura, manutenção e exploração comercial, com as duas últimas destinadas à privatização;
5. Contestar a Parceria Público Privada em preparação para a Carris e o Metro, com o sector público a ficar com todas as despesas (juros, investimentos, pagamento de uma renda aos privados) e o sector privado a receber rendas garantidas, ficando ainda com condições para lhe permitir futuros negócios em situação de vantagem;
6. Contestar as implicações para os utentes, incorporadas nos Cadernos de Encargos já conhecidos, pois não só se pretende manter a brutal redução da oferta e o gravoso aumento de preços, como se criam todas as condições para o envelhecimento das frotas, que dessa forma estarão grandemente desgastadas no final do prazo das concessões, passando assim a possibilidade de renovação a ser garantida unicamente através do aumento anual de preços;
7. Contestar o aumento de impostos que viabilizará mais esta PPP, com o governo a querer impor a aplicação de novas taxas e impostos municipais para financiar os pagamentos a realizar aos operadores privados;
8. Denunciar o aumento brutal de encargos para o Estado que estas PPP's representariam, pois ao contrário daquilo que o Governo faz crer parecer, as Parcerias Público Privadas para a exploração comercial do Metro de Lisboa e da Carris implicarão para o Estado um volume de compromissos financeiros muito superiores aos que hoje assume;
9. Considerar lamentável que o Governo tenha ordenado uma campanha publicitária de promoção da marca «Transportes de Lisboa», num momento em que os utentes sofrem as consequências dos cortes impostos pelo mesmo governo nas despesas com manutenção e pessoal das empresas, o que está a provocar supressões e atrasos sucessivos;
10. Decidir apoiar a Marcha contra a privatização da Carris e do Metropolitano de Lisboa que se realizará no próximo dia 22 de Abril, com concentração às 10h00 no Cais do Sodré;
11. Remeter a presente moção para:
 - Presidente da República;
 - 1º Ministro;
 - Ministro da Economia;
 - Conselho Metropolitano de Lisboa;
 - Comissão Executiva da Área Metropolitana de Lisboa;
 - Câmara Municipal de Lisboa;
 - Comissões de Trabalhadores das quatro Empresas (Carris, Metro, Transtejo e Soflusa).

A Deputada Municipal

- Ana Páscoa -